

CAPÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

Sochangane, ao deixar a terra natal, trouxe consigo não só a revolucionária organização militar alicerçada em regimentos formados por classes de idade, mas também as técnicas de combate, baseadas no emprego de filas cerradas de guerreiros armados com escudos de couro e com lanças de cabo curto e folha larga, próprias para a luta corpo a corpo. O mobilismo do seu grupo tomou a forma de longas mas rápidas jornadas intercaladas por períodos de fixação em regiões ecológica ou politicamente favoráveis. Durante esses períodos de estabelecimento sedentário conseguiu manter no núcleo o tradicional sistema de divisão em distritos que ficavam quer sob a sua própria autoridade quer sob a dos seus parentes patrilineares. Os dependentes e aderentes do monarca eram distribuídos por cada uma das povoações reais onde instalava uma ou mais das suas numerosas consortes, povoações cujas moradias não eram dispostas ao acaso mas de harmonia com um padrão algo rígido que fixava o tipo de relação que interligava os habitantes. No próprio interior da povoação, o local onde cada indivíduo construía a palhota era determinado pela respectiva posição social. Das informações prestadas por Gomes da Costa ⁽³⁶⁾ infere-se que, no Império de Gaza, a aristocracia dominante também observava o sistema de «casas» que tamanha importância desempenhou na história dos diversos grupos de origem angune, «casas» centralizadas ao redor de cada esposa ou célula de co-esposas. Assim a hierarquia entre os varões era regulada pelas das respectivas mães.

Como notámos, entre os restantes grupos vangunes, os monarcas, por norma, assumiam uma atitude de manifesta desconfiança em relação

aos membros da sua própria família. O Império de Gaza constituía uma excepção, embora Caldas Xavier (¹⁷⁴) afirme que Gungunhane não nomeava parentes para o desempenho de importantes cargos políticos e militares porque receava que se aproveitassem da sua ascendência e prestígio para organizar movimentos de secessão.

A verdade é que aqui o *inkosi* partilhava a autoridade política e militar com seus tios e irmãos. Por isso se verificava menor possibilidade de conflitos entre os membros da família real, conflitos que, em outros grupos vangunés, conduziam a frequentes desmembramentos. Mesmo assim notícia certa de disputas em que Muzila se envolveu com o seu parente Landa por causa do gado que pastava nos limites das respectivas terras.

Dos testemunhos históricos é possível inferir que Gungunhane não dispunha de completa liberdade de acção em matéria de importantes decisões tais como migrações, ofensivas bélicas, concessão de terras, relações exteriores, etc. A rainha-mãe, os conselheiros, a família real, a aristocracia dominante, os governadores provinciais, os comandantes militares, não raro exerciam forte pressão sobre a sua vontade. O que importa é acentuar que tanto os irmãos de Muzila como os de Gungunhane dispunham de capital própria e de um território por si directamente governado. Recordemos como Muzila foi deixado por seu pai, por longos anos, como conquistador e governador dos territórios entre o Save e o Zambeze. Devido à delegação de latos poderes políticos e militares nos restantes membros da linhagem real, apenas o falecimento do monarca originava litígios entre os presuntivos herdeiros, litígios que podiam assumir a forma (invulgar entre os diversos grupos vangunés) da prolongada e sangrenta guerra civil que entre 1858 e 1861 devastou o império.

Interessa naturalmente apurar se os vangunés de Gaza dispunham ou não de um sistema de castas semelhante ao dos Ndebeles.

É de admitir que, no início da invasão do sul de Moçambique, os guerreiros que acompanhavam Sochangana puderam dispor de um número avultadíssimo de esposas ou concubinas autóctones, tomadas como presas de guerra ou adquiridas por meio do gado confiscado, torneando desse modo as dificuldades levantadas pelas regras da exogamia clânica e pela possível escassez de mulheres da sua própria etnia.

Todavia, os descendentes destas uniões mistas parece terem desenvolvido, com o decorrer do tempo, acentuado orgulho racial. Por exemplo, Matheus Serrano (¹⁵²) que em 1890 teve a oportunidade de testemunhar os efeitos das depredações dos vangunés, afirma: «Alguns contentam-se com o que lhe oferecem; a maior parte, porém, apossa-se dos gados, aves,

peles, do que encontram, enfim, menos das mulheres : o *vátua tem grande desprezo pelas mulheres fora da sua raça*».

Também Caldas Xavier (¹⁷⁴) garante que os vangunes procuravam manter a pureza do seu sangue. Era raro que as suas mulheres casassem com homens doutros grupos étnicos. Por outro lado, pagavam lobolos mais elevados pelas raparigas zulus e swazis.

Não são estes, contudo, os únicos indícios de orgulho de casta. Erskine (⁴⁷), perto da povoação do *induna* Imbondune, nas margens do Limpopo, deparou com uma fonte cuja água era reservada aos *inkosi*, sendo punidos de morte os plebeus, *abafokazane*, que se atrevessem a bebê-la. Serrano (¹⁵²) garante que os verdadeiros «vátuas» nunca se sentavam em chão nu perante os seus serviçais ou homens de raças que consideravam inferiores.

É curioso realçar que em 1840 quando Manucusse se dignou receber no curral do gado o emissário do Governo, Caetano dos Santos Pinto (¹³³), não foi autorizado «a estender um lenço para resguardar as calças da bosta do gado», ao ser-lhe ordenado que se sentasse no chão.

Nxumalo era o nome do clã real. Além deste, A. S. Mukhombo (¹¹⁵) indica mais os seguintes clãs verdadeiramente vangunes, cuja grafia conservamos :

Mudluli	Twala	Mpanza
Tabede	Muhlambi	Mgabani
Qwabe	Hlahla (Tongani)	Madhlope
Muqambi	Musani	Mavundla
Gazide	Mongomezulu	Mabaso
Mutombeni	Muqulu	Hlana
Muteto	Mayenga	Masuku
Dhlamini	Muyotywa	Gumede
Hlebeya	<u>Mabense</u>	Mugabi

*

A divisão administrativa dependia, em parte, das capitais reais, tal como acontecia entre os outros grupos vangunes. Todavia, jamais essas capitais se transformaram em verdadeiras cidadelas militares. Certamente que o «military kraal» mencionado por Erskine (⁴⁸) não desempenhava as mesmas funções do que entre os Zulos e os Ndebeles. Segundo esse autor era na região de Biyin (Bilene) que se situava a «povoação militar real» de Umcontuaine (Macontene) com um enorme curral no

centro, onde poderiam caber mil a duas mil cabeças de gado. Muito embora a construção tivesse ainda no seu início, ouviu proclamar a intenção de que fosse tão importante como a capital real de Mpande, *Nudwengu*, no país zulu, onde as palhotas se dispunham em seis linhas concêntricas.

A capital onde residia o monarca acumulava as funções semelhantes às das outras capitais dos reinos de origem angune. Caldas Xavier (¹⁷⁴) notou que ela, além de curral, servia de templo, tribunal, cemitério, fortaleza, quartel e escola de recrutas.

Como vimos, os diversos monarcas de Gaza, levados por razões políticas, militares e ecológicas, transferiam frequentemente as suas capitais para locais situados a enormes distâncias dos anteriores. Outras vezes, elas eram mudadas para locais bastante próximos. Assim aconteceu com Muzila no Monte Selinda. Segundo Mhlanga (¹⁰⁹), quando este monarca regressou ao norte do Save, depois de vencer o irmão, instalou-se primeiramente na área do Posto de Chibabava. Depois transferiu-se para outra região, onde deu a duas povoações os nomes de Mandlakazi e Tshametshame, em homenagem a seu avô. Posteriormente em 1874, transferiu-se para Buchanibude (Erschine escreve Utchani Udi) 14 milhas ao sul do Monte Selinda e finalmente para Moiamuhle, onde veio a falecer. A. M. Cardoso (²⁸) disse desta última: «É grande a povoação e toda cercada de uma espécie de paliçada de paus delgados e caniços tendo no centro um espaçoso curral, onde Muzila costumava dar audiência e que a separa de uma outra mais pequena que lhe fica ao norte, pertencente ao seu secretário Maquejana».

De uma observação do Dr. Liengme (⁹⁰) se infere que a mudança da capital podia basear-se em razões mágicas. Gungunhane decidiu abandonar a sua primeira capital meridional para se subtrair à influência dos maus espíritos. Haviam nela falecido várias das suas esposas e, consultado o adivinho, indicaram os ossículos outro local mais favorável. Todavia manteve o nome primitivo. Para a respectiva construção cada chefe avassalado forneceu o seu contingente de trabalhadores e os materiais que lhe foram designados.

Devemos ao Dr. Liengme (⁹⁰) uma descrição de algum modo pormenorizada da disposição da capital onde residia Gungunhane:

«Mandlakazi era composta por uma série de povoações dispostas em vasto círculo, com uma imensa praça no meio, a *chibandla*, rodeada por um cercado fechado e sagrado, o *hlambelo*. Encostados ao círculo interior, vários currais onde as manadas eram encerradas durante a noite. A entrada da povoa-

ção privativa do rei comunicava com a grande praça central por meio de três corredores munidos de portas estreitas que podiam ser fechadas durante a noite. No primeiro corredor, o mais largo, encontrava-se a palhota dos guardas da povoação e depois o hangar onde havia dois carros. O segundo corredor dava também acesso à povoação da rainha-mãe, encostada à do rei, depois, à direita e à esquerda, vinham as dos principais personagens, *tinduna*. Cada um deles possuía o seu cercado particular, feito de caniço, mas o da povoação privativa do rei era feito de longos ramos emaranhados e entrelaçados, até à altura dum homem, de modo a não poder enxergar-se o interior.

No centro da povoação do rei encontrava-se a grande palhota de recepção denominada *ndhlandhla*. Tinha, excepcionalmente, duas portas estreitas, a das mulheres e a do rei e dos homens. As outras palhotas dispostas simetricamente serviam de residência às rainhas. Mandlakazi era assim formada por uma cercadura circular de povoações, constando de 500 a 600 palhotas, entre as quais se podia circular por estreitas ruelas, com excepção da grande abertura propositadamente desimpedida para dar passagem ao exército.

Por último, numerosas palhotas, frequentemente de aparência mesquinha, disseminavam-se por toda a parte da retaguarda das moradias principais: eram as *mahosi* reservadas aos escravos e às pessoas de passagem. Por ocasião das grandes concentrações, abrigos de ramos e ervas, chamados *metchatcha*, construíam-se apressadamente à volta da capital. A povoação particular do rei, *chigodlo*, apresentava-se, em geral, bastante limpa quotidianamente; mas as cercanias das outras povoações encontravam-se com frequência cheias de lixo; pode imaginar-se facilmente como estariam durante as grandes concentrações...

G. Liesegang ⁽⁹²⁾ cita duas passagens de van Warmelo e Grandjean que nos dão ideia da estreita relação existente entre a divisão administrativa e a deliberada dispersão das rainhas por todo o território ocupado:

«As mulheres do rei não vivem em conjunto mas encontram-se distribuídas em grupos de três, no máximo, pelas diversas capitais reais... Cada uma tem sob seu domínio uma parte do país, recebendo os respectivos tributos. Todo o chefe da

povoação sabe qual a capital real a que pertence... As pessoas mais importantes em cada capital real são a rainha (inkosikazi), o filho mais velho (inkosa) e o governador (induna)...

... ..

«Com efeito, é costume entre os zulus, sempre que cada indivíduo ou chefe se coloca sob a suzerania de um grande senhor, que seja por este atribuído à «casa» de uma das suas esposas onde se acolhe durante os períodos da sua permanência na corte e de cujo primogénito é considerado vassalo. Se um chefe pretende favorecer um dos seus filhos a expensas de outros atribui um maior número de hóspedes à «casa» da respectiva mãe. Manucusse, que gostava de Muzila, deu-lhe dessa maneira um grande número de súbditos...»

Além da capital suprema onde vivia o *inkosi* e das capitais das rainhas-esposas tinham também importância administrativa e acima de tudo ritual, as capitais sagradas onde residiam as rainhas-viúvas ligadas ao culto nacional dos falecidos monarcas. As viúvas de Segone, pai de Sochangane ou Manucusse, em cuja memória os regimentos iam por vezes dançar, tiveram a sua povoação sagrada em Chiduachine, a 25 km do Chibuto. A capital onde viveu o primeiro monarca de Gaza, Chaimite, também foi revestida de carácter sagrado após a sua morte, e assim se manteve até à derradeira hora do império, quando nela foi preso Gun-gunhane.

Quanto a Udwengo, onde viviam as viúvas de Muzila, as informações que possuímos são imprecisas. Nenhuma das diversas capitais deste monarca possuía tal nome. Parece ter sido Tchametchame que recebeu o nome angune de Udwengo, passando a assumir funções religiosas e a servir de residência às respectivas rainhas-viúvas.

Mouzinho de Albuquerque (^{2A}) descreve que «Chaimite tinha umas vinte e cinco ou trinta palhotas cercadas por uma paliçada de 1,5 m de altura, tendo entrelaçados nas estacas muitos arbustos espinhosos. Era uma espécie de cidade santa dos vátuas, e deviam ter-se ali passado cenas de grande carnificina, tanto antigas como muito recentes, porque... encontrámos algumas caveiras humanas já brancas, ao mesmo tempo que se sentia um cheiro muito intenso a carne podre... Dava ingresso na povoação uma única entrada de não mais de 40 cm de largura.»

Parece indubitável que existia estreita correspondência de funções entre estas capitais sagradas e as povoações *gogo* dos Angonis dirigidos pelo clã Maseko.

*

Dos escritos deixados por viajantes nacionais e estrangeiros é possível apurar os nomes de alguns governadores. Assim, por ocasião da primeira visita de Erskine em 1868 ⁽⁴⁷⁾ era Manjobo que governava a região de Chaimite onde Manucusse tinha tido a sua capital. Falava-se ali o «zulu».

Um missionário protestante que em 1885 visitou este Manjovo deixou escrito ⁽³⁹⁾ que nele viria bastantes escravos ocupados em trabalhos agrícolas e na pastorícia do gado. Cada uma das mulheres deste grande senhor dispunha do seu escravo privativo.

Mais a jusante, quase no litoral, o governador era Sidudo, que orgulhosamente se apresentou como puro angune. O Cap. F. Elton ⁽⁴⁵⁾ na sua viagem de 1870, refere-se a Cuio e Pirane, irmãos de Muzila, que governavam os territórios ao noroeste do actual distrito de Inhambane. Em 1871 logo após o rio Inhamtadini, fronteira entre as terras do Muzila e as do Governo de Inhambane (lat. 22° 50') viviam os Makwakwas, sob a chefia de Mahonti. A leste, nas margens do Changane, o distrito de Biyi (Bilene) ⁽⁴⁸⁾ continuava governado por Manjobo. Erskine afirma haver notado, nas terras deste, grande acréscimo do povoamento humano e das manadas de gado. Esse aumento devia-se, decerto, às deslocções compulsivas da população e à captura do armentio autóctone. De passagem, é interessante notar a resposta que esse governador deu ao viajante quando lhe solicitou carregadores: «o seu interesse estava na guerra e não em mercadorias».

Sibomo era o chefe autóctone dos Mazive que se estendiam pelas actuais áreas administrativas de Massinga e Funhalouro. Encontrava-se sob a dependência do governador angune Buhlenhlele ⁽⁹²⁾.

Em 1872 as terras entre o Maciço do Chimanimani e Sofala constituíam um distrito governado por Imbunguane, que tinha a sua capital na encosta perto do rio Lucite, afluente do Búzi. Para além das actuais fronteiras de Moçambique, Muzila também cobrava tributos entre os povos sothos que viviam entre os Montes Libombos e Drakensberg.

O distrito mais meridional, perto do Incomati, era governado por Madumelane ⁽⁴⁸⁾.

Em 1873 o mesmo explorador ⁽⁴⁹⁾ encontrou a população de etnia douda, na margem esquerda do rio Save, junto à foz, sob o governo de Nonxanga.

A margem norte das terras altas, constituía um outro distrito chamado Imbendane cujo governador era Singuingo, que tinha a sua capital a 21° 28' de latitude, a 76 milhas da costa e sob o seu controlo o chefe autóctone Murumbi.

Em 1883, A. Maria Cardoso, já perto da capital real de Muzila, passou por Baliene, «povoação pertencente às terras de Mondongaz (mais tarde cognominado Gungunhane) e onde costumava habitar»⁽²⁸⁾.

* Essa organização administrativa obedecia às bases lançadas por Manucusse. O território, propriedade do *inkosi*, dividia-se em distritos sob a administração de um governador, *hossana*.

As funções destes governadores podiam assim definir-se :

- a) Nomeação dos *tindunas*, chefes administrativos e militares;
- b) Resolução de litígios com recurso para o *inkosi*;
- c) Mobilização dos regimentos por ordem do *inkosi*;
- d) Policiamento e manutenção da ordem;
- e) Cobrança de tributos;
- f) Distribuição da terra destinada a cultivo, pastagens ou construção de povoações.

Os distritos podiam, por sua vez, subdividir-se em áreas administrativas, sob a responsabilidade de um *induna*, no qual o *hossana* delegava, por norma, parte da sua competência. Eram estes, por exemplo, que definiam as áreas a ocupar por cada povoação familiar, *muti*, chefiada por um *munumusana* e ocupada pelas respectivas mulheres, filhos solteiros, filhas solteiras, divorciadas ou viúvas, e, finalmente, outros parentes, aderentes e cativos de guerra.

*

Sochangane e os seus sucessores, talvez com maior acuidade do que outros monarcas vangunes, tiveram que resolver o problema de integrar e assimilar largo número de cativos de guerra. Estes, distribuídos pelo monarca, puderam ser considerados pelos seus donos e senhores como familiares dependentes, criando-se, entre os primeiros e os segundos, a mesma relação de direitos e deveres recíprocos existente no seio

da família extensa, exceptuadas, como é evidente, as regras que proibiam o matrimónio consanguíneo.

Os jovens guerreiros que acompanharam Sochangana puderam, sem necessidade do pagamento da compensação nupcial, separar-se da povoação a que inicialmente pertenciam para fundar uma ou mais povoações próprias, de harmonia com o número de mulheres que conseguisse obter a título de recompensa ou espólio de guerra, mulheres que eram consideradas como esposas ou concubinas. Idêntico direito era reconhecido aos próprios estrangeiros integrados nas famílias e nos regimentos, desde que tivessem dado provas do seu valor em combate e fossem considerados satisfatoriamente identificados com os ideais da cultura angune.

Com o decorrer do tempo, parte dos povos conquistados vieram a ser assimilados pelos conquistadores, ganhando o cognome étnico de «Changanés», embora o processo de assimilação apenas fosse bem sucedido nas regiões sob directa influência das diversas capitais onde residia a aristocracia reinante. Mesmo entre as fileiras dos assimilados, persistiam tensões baseadas em diferenças culturais. Do mesmo modo que aconteceu com quase todos os chefes vangunes, Manucusse, na velhice, desconfiou ter sido alvo de práticas de magia negra. As suas suspeitas recaíram sobre os Changanés, que foram vítimas de perseguições, parte deles buscando então refúgio no Transval.

Em contraste com o sistema zulu e ndebele, os regimentos não viviam permanentemente aquartelados em cidadelas militares. No intervalo das campanhas, os guerreiros voltavam a residir entre o respectivo distrito territorial.

Deste modo, o governador de cada distrito tinha ao seu dispor um pequeno exército próprio com que podia lançar-se em incursões por sua conta e risco.

Porém, a incorporação de cativos de guerra nos regimentos e nos distritos territoriais não foi o único processo que os vangunes utilizaram para aumentar o efectivo dos seus súbditos. Fora do núcleo de maior concentração, onde exerciam directo domínio político, foram normalmente respeitadas a integridade e a aristocracia das tribos autóctones submetidas, desde que pagassem os tributos exigidos (marfim, alimentos, peles de leão e leopardo, etc.).

Quando os chefes avassalados se retardavam, eram enviadas expedições com a incumbência de os forçar à obediência. Por exemplo Erskine⁽⁴⁸⁾, em 1871, viu um «governador zulu» (inhamvogazi) com 200 guerreiros saquear e exigir tributo na actual região de Vilanculos.

Em 1880 o chefe xona Isilambeyo, situado a noroeste de Manica, foi punido com pesadas multas de gado bovino e caprino por se ter gabado perante vários missionários belgas, de não reconhecer a autoridade de Muzila ⁽³⁹⁾.

Os *inkosi* convocavam de tempos a tempos os chefes das tribos avas-saladas. Por exemplo quando o explorador Cap. F. Elton ⁽⁵⁴⁾ passou pela região em 3 de Setembro de 1870, Magude, um dos principais chefes tson-gas, havia sido convocado por Muzila à sua longínqua capital, no Mossurize.

Existe um relato testemunhal ⁽¹⁰⁹⁾ que de algum modo nos esclarece sobre o tipo de relações existente entre os monarcas de Gaza e os chefes tribais autóctones. Muzila, quando se viu obrigado a retirar para o norte do Save durante a guerra de sucessão que travou com seu meio-irmão, ter-se-ia instalado primeiramente em Dongonda, no actual Posto Administrativo de Chibabava. Cobçando as terras e riquezas do chefe vandau Mzunhe, que, para mais, suspeitava manter ligações com o seu rival ao trono, logo mandou executá-lo, substituindo-o pelo legítimo sucessor Muzuembiri. Três irmãos deste foram enviados para o Bilene, com o encargo de cuidarem do gado pertencente ao monarca. Aconteceu depois que alguém desobedeceu a uma ordem rigorosa dada por Muzila no sentido de serem tapados todos os covais de caça visto neles caírem cabeças das suas manadas. Convocado Muzuembiri, foi informado pelo encolerizado Muzila que devia executar o desobediente dono dos dois covais mantidos em funcionamento. Muzuembiri, impossibilitado de cumprir a ordem por o transgressor se ter posto em fuga, decidiu oferecer a Muzila um seu sobrinho. O *inkosi*, depois de longa reflexão, aceitou a oferta e entregou o refém ao seu grande *induna* Maguijana que o utilizou como pastor. Liberto mais tarde, em troca de um escravo, o narrador que passou por esta experiência serviu posteriormente no regimento *amagonde* e fez parte da força que guardou a povoação de Gungunhane após a morte do pai.

Também duma informação de A. M. Cardoso ⁽²⁸⁾ se infere que quando o julgassem necessário, os monarcas procediam à eliminação sumária dos vassalos mais poderosos e temidos. Pernoitou numa povoação chefiada por um jovem cujo pai havia sido executado havia poucos dias por ordem de Muzila, em consequência de intrigas que lhe moveram os invejosos da sua riqueza. Tinha quarenta mulheres.

Erskine também cita o caso de Sibomo, chefe dos Mazive, cujo irmão, decrepito e doente, havia sido encarcerado na sua palhota e queimado vivo, devido a qualquer ofensa imaginada por Muzila ⁽⁹²⁾.

Os filhos e herdeiros dos chefes avassalados eram normalmente levados para a capital real, com o propósito duplo de serem integrados na cultura angune e de servirem como reféns. Conhecido é o caso do famoso chefe chope Sipadanhana, filho de Binguana, o qual na sua infância foi levado para a corte de Muzila, tendo sido companheiro de jogos de Gungunhane, o futuro monarca de quem mais tarde se veio a tornar figadal inimigo.

Os monarcas angunes devem também ser aplicado sistematicamente a política de «dividir para reinar». Por exemplo, Melo Sequeira (^{150A}) fornece interessantes elementos sobre as intrigas de Muzila e Gungunhane, visando provocar a fragmentação de dois grandes regulados que dominavam a norte do actual distrito de Inhambane: Vilanculos e Mazibe.

Os povos que se submetiam e pagavam os tributos fixados gozavam do privilégio de conservar os seus próprios chefes, embora sob a fiscalização de representantes do monarca. Estavam neste caso os Ba-Lois chefiados por Inguana, sitos na confluência dos rios Limpopo e dos Elefantes, gente que em 1890 gozava de certa prosperidade (¹⁷⁴).

Os que ousavam resistir eram atacados tantas vezes quantas as necessárias para cessarem com a sua hostilidade e oferecerem vassalagem. Sofriam esta perseguição os Hlenguas e os Ba-Loi de Tchimbazo, em 1890. Os guerreiros inimigos eram massacrados bem como os velhos, mulheres e crianças que não pudessem acompanhar os atacantes. As mulheres jovens e os adolescentes de ambos os sexos eram integrados na organização social dos vencedores, frequentemente como serventuários domésticos das numerosas mulheres dos aristocratas (¹⁷⁴). Também Lieñgme (⁶⁰) esclarece que as tribos conquistadas eram, em geral, colocadas sob a jurisdição de chefes devotados ao monarca por mercê dos benefícios que retiravam do sistema político angune. As que se submetiam de bom grado eram autorizadas a conservar os seus chefes; todavia ficava este subordinado a um chefe angune nomeado por Gungunhane para actuar como intermediário entre si e os chefes seus vassalos. Aquele observador garante que eram massacrados sem piedade os que recusavam submeter-se à autoridade despótica do monarca. Mas por outro lado, eram recompensados os chefes tribais que demonstrassem submissão e lealdade.

Revela Junod (⁷⁶) que anualmente Gungunhane preparava expedições contra os Chopes, ao norte do Limpopo. Os homens eram mortos e as mulheres passavam a pertencer ao respectivo captor. Embora a sua situação estivesse longe de ser desesperada, recebiam o nome de *tinlhoko* (cabeças) e podiam ser vendidas pelos seus proprietários.

Por intermédio das rainhas dispersas pelas capitais reais, dos governadores, dos comandantes de regimento e dos numerosos *indunas*, Gun-gunhane mantinha o reino debaixo da sua autoridade. Os membros dessa elite deviam, por norma, residir em Mandlakazi durante parte do ano. Cada adulto podia escolher livremente o *induna* do seu agrado. Bastava, para tanto, que se lhe apresentasse para *kondza*, isto é, declarar a sua submissão.